

Aurora Rodrigues

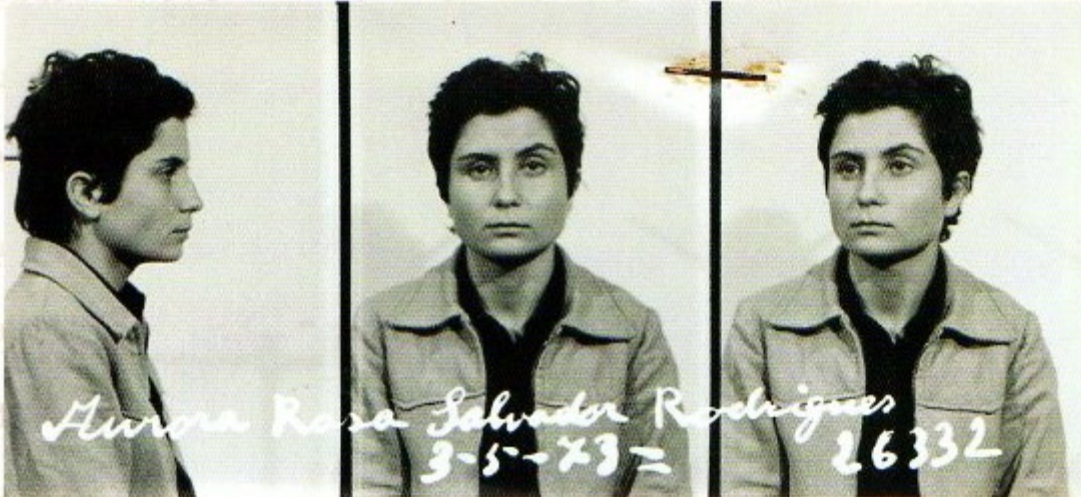
Gente Comum

uma história na PIDE

João da Silva Costa
6.º TESTEMUNIA

ANTÓNIO PAIS LOPES, guarda nº.2073/9.911 da Polícia de

Lisboa a prestar serviço na Esquadra de Benfica. -- --



exteriormente. Que os estudantes não acataram a ordem

100LUZ

dada para dispersarem e a apedrejar a Polícia

em carro que está distribuído ao Senhor Comandante da

Ficha Técnica

Título: GENTE COMUM - Uma história na PIDE

Autora: Aurora Rodrigues

Recolha, introdução, contextualização e notas: António Monteiro Cardoso e Paula Godinho

Colecção: Cultura e Sociedade - nº 6

Dirigida por: Paula Godinho

Capa: João Branco | 100LUZ

Design: João Branco | 100LUZ

Edição: 100LUZ | editora@100luz.pt | www.100LUZ.pt

Castro Verde - Alentejo (Portugal)

1ª edição

Janeiro 2011

Impressão: 100LUZ | Gráfica Comercial - Loulé

ISBN: 978-989-8448-03-3

Depósito Legal: 320831/10

Apoio à edição:

Associação Portuguesa de Mulheres Juristas
Sindicato dos Magistrados do Ministério Público

Colecção Cultura e Sociedade

Dirigida por Paula Godinho

Gente Comum

uma história na PIDE

Aurora Rodrigues

Recolha, introdução, contextualização e notas de
António Monteiro Cardoso e Paula Godinho

100LIZ

ÍNDICE

1. Introdução

- 11 - a. História de um testemunho, com Caxias em fundo
- Paula Godinho
- 45 - b. Um tempo, um contexto
- António Monteiro Cardoso

2. GENTE COMUM - AURORA RODRIGUES

- 59 - A infância
- 63 - Os estudos
- 65 - Em Beja
- 66 - A Faculdade de Direito
- 70 - A adesão ao MRPP
- 72 - O assassinato de Ribeiro Santos
- 75 - O funeral
- 76 - Levada para o Governo Civil
- 78 - A agitação política
- 79 - A manifestação de 21 de Fevereiro na Praça do Chile e a
resistência quotidiana
- 81 - O 1º de Maio de 1973
- 82 - O meeting de 3 de Maio de 1973 e a prisão
- 83 - A identificação no Governo Civil

- 85 - A chegada a Caxias
- 86 - A revista
- 86 - A fotografia
- 86 - As mulheres da PIDE
- 87 - A identificação
- 88 - A ida ao médico
- 88 - O toque nas grades
- 89 - As condições da cela
- 90 - 20 dias isolada, sem nada para fazer
- 91 - Os sons que ouvia
- 91 - O que eu via
- 92 - O inspector do processo: colaborar ou resistir
- 93 - As decisões tomadas no isolamento
- 95 - As cenas de humilhação
- 95 - A asfixia com água
- 96 - Na tortura do sono
- 97 - A canção do *Soldadinho*
- 97 - Como se lá não estivessem
- 99 - Os "cânticos vermelhos", a estátua, a cadeira e o banco
- 100 - A pide "boa", a pide "má" e o pide católico
- 101 - A perda de discernimento. Os falsos colegas
- 101 - A ameaça das Mónicas
- 102 - Anunciam que o pai está a morrer
- 102 - Aquecedores no verão. Torcionários por gosto
- 103 - A *brigada dos Índios*. Anúncio do espancamento
- 104 - Uma folha de declarações pronta a assinar
- 105 - O espancamento
- 107 - O desmaio
- 107 - O "Hirudoid"
- 108 - Quem eram os torcionários
- 109 - Entra o médico
- 110 - Continua a tortura
- 111 - A pide despertada pela torturada

- 111 - O que são os torcionários
- 112 - O pido que seguia os passos e que se riu
- 112 - As ameaças de morte e a constipação
- 113 - A importância das pequenas vitórias
- 113 - A lista de nomes a delatar
- 114 - Ao fim de 16 dias de tortura do sono
- 114 - Episódios da tortura
- 115 - Falar ou não falar
- 116 - As consequências
- 117 - Difícil recordar
- 117 - Pessoas comuns
- 118 - As visitas. A mãe, a família, os vizinhos, os amigos
- 120 - A primeira visita: "Porta-te bem"
- 120 - O pai
- 121 - As interferências nas visitas
- 121 - Amores-perfeitos e bolos esmigalhados
- 122 - A despersonalização do preso
- 123 - Depois da prova de fogo. Mais 4 dias sem dormir
- 124 - O pido Óscar Cardoso
- 126 - Os últimos interrogatórios
- 127 - Não estavam à espera
- 127 - Resistir psicologicamente
- 129 - Os toques na parede
- 129 - O recreio
- 130 - Um preso desconhecido ao longe
- 130 - "Eu conheço-te"
- 131 - A despedida das pides "más"
- 131 - Os mercenários
- 131 - A libertação
- 132 - Sem confissão não podiam fazer nada
- 132 - A cena final
- 133 - Sem dinheiro e de trouxa às costas
- 135 - De volta à faculdade. A recepção dos "gorilas"

- 136 - As informações que a PIDE recebia
- 136 - Quase clandestina
- 137 - O papel para os comunicados
- 138 - A camarada Clara
- 140 - As manifestações-relâmpago
- 140 - As idas a Coimbra
- 141 - A fome
- 142 - O 25 de Abril
- 143 - A venda do "Luta Popular" no Barreiro e o PCP
- 144 - Os recontros constantes
- 145 - Prenúncios de que íamos ser presos
- 146 - As prisões de 28 de Maio de 1975
- 147 - De novo em Caxias
- 148 - A solidariedade dos fuzileiros
- 150 - De novo no reduto norte
- 150 - Sem sapatos
- 151 - Sem se poder lavar
- 151 - Presa com os pides
- 152 - Tentativa de interrogatório
- 152 - As falsas justificações para as prisões
- 153 - Amigos e familiares atacados a tiro
- 154 - Quem foram os responsáveis
- 155 - Libertada

- 155 - NOTA FINAL

- 157 - 3. DOCUMENTOS E FOTOS

INTRODUÇÃO

a. História de um testemunho, com Caxias em fundo

Paula Godinho

Departamento de Antropologia e IELT- FCSH/UNL

*aunque nos olvidemos
de olvidar
seguro
que el recuerdo nos olvida
(...)
sólo cuando transgredo alguna
orden
el futuro
se vuelve respirable*

Mário Benedetti, *Preguntas al azar*

Há neste livro dois olhares sobre uma mesma realidade. Por um lado, um que a observa como se apresenta, que a problematiza e questiona – o dos investigadores. Por outro, o que em simultâneo descreve e imagina como poderia ser diferente e que se pergunta, porque não? É próprio das utopias procurar o que não existe e com elas se foi fazendo o mundo, resgatando impossíveis nos universos de possibilidades, empurrando as limitações e dilatando o exequível, pela criatividade mas também pela afronta, com generosidade e sacrifício pessoal. Ao contrário da modorra, do modo vegetativo de viver por perfusão, construir novas realidades implica a assunção do conflito e requer um esforço de imaginação, uma disposição particular e o aproveitamento duma conjuntura apropriada.

Se existem aqui dois olhares, não pode dizer-se que o dos investigadores seja alheio ao que se investiga. Também eles fizeram o seu tirocínio na militância política e nos movimentos sociais, retirando dessa participação e observação alguma experiência, que lhes permite perceber que, em múltiplas situações, construir um futuro respirável pode significar transgredir ordens. Numa paráfrase de Benedetti, num tempo longo de cinquenta anos em Portugal, muitos foram coagidos pelas condições objectivas da sua vida e pela sua consciência a desobedecer a normas nem sempre expressas, provindas do formato dos consensos hegemónicos, entre anuência e repressão. Este texto abarca a perspectiva desses olhares e o exercício da reconstituição de um percurso de uma presa política, Aurora Rodrigues, a partir do seu relato. Pretende-se uma explicitação e uma reflexão em torno dos métodos, sem monomanias disciplinares, sem anátemas sobre procedimentos diversos e pelo recurso a fontes variadas, que se cruzam com vista a um melhor entendimento da realidade.

Ensina-nos Gramsci que os fascismos são tentativas de criar apoio popular para um projecto reaccionário, como alternativa à política conservadora tradicional, seja quando o conservadorismo como tal se mostre inexequível, seja porque os grupos subalternos surgem na cena política com demasiado poder para serem controlados pelos métodos habituais. Contudo, onde e quando há repressão, também há resistência – sob um aspecto trivial e invisível, como *arma dos fracos* (Scott, 1985), que fomenta certo desgaste, ou adoptando um formato expresso que confere aos que se expõem a aura que atrai seguidores. Quanto mais insidioso se mostra o poder, tanto mais compacta tem de ser a camuflagem, com o aperfeiçoamento do *registro oculto* (Scott, 1990) e das regras de clandestinidade, acompanhados por modalidades de exposição extraordinária e corajosa.

Em Portugal, a última década do Estado Novo ficou marcada pelo crescendo das organizações políticas à esquerda do PCP. Como nota Miguel Cardina, *“As décadas de sessenta e setenta assistiram à chegada de uma nebulosa de militâncias inequivocamente colocadas à esquerda. Os novos andamentos contestatários recusavam as supremacias geopolíticas oriundas do pós-guerra ao mesmo tempo que estimulavam – e eram estimulados – pelas grandes mutações sociais, culturais e morais que atravessavam a época. Um notório jogo de semelhanças agrupava esse feixe plural, suportado na crítica aos partidos comunistas tradicionais, na activação de um internacionalismo de novas cores e na tentativa de alargamento do «político» a domínios considerados pouco antes como exclusivamente privados.”* (Cardina, 2010:7).

O maoísmo, sob olhares diferenciados, viria a corroborar esta fragmentação da resistência, com posições distintas quanto à guerra colonial e com a revolução chinesa como pedra de toque: *"Não obstante esta dispersão por várias organizações, a corrente marxista-leninista mobilizou, ao longo de uma década, centenas de militantes e activistas em todo o país e no exílio, recrutados principalmente junto da juventude estudantil e operária, assim como nos meios intelectuais, tendo, nas vésperas do 25 de Abril, dezenas de quadros nas prisões políticas do regime."* (Cordeiro, 1999:421). Entre essas organizações ganharia impacto público o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP). A acção ousada dos seus jovens militantes – provindos do mundo estudantil, sobretudo da Faculdade de Direito de Lisboa e do ISCEF, bem como da zona operária que se estende de Lisboa a Vila Franca – demonstrava-se em manifestações-relâmpago desencadeadas em locais determinados, em imprensa, comunicados e tarjetas que denunciavam situações, eventos e estados de facto, e em pinturas nas paredes, sobretudo contra a repressão e a guerra colonial. Estas inscrições eram feitas em arriscados *raids* nocturnos pela cidade de Lisboa e arredores, ou em brigadas que cobriam com inscrições murais, numa noite, uma parte do país, em automóvel.

O grau de exposição pública dos militantes do MRPP, cujo arrojo é recordado em vários depoimentos, convocava admiração e propiciava o recrutamento de novos membros. O crescendo da organização é evidenciado pelo aumento do número de exemplares das edições do *Luta Popular*, cujo primeiro número sai em Fevereiro de 1971, bem como dos comunicados da organização e de outras conexas, como as que estavam associadas à luta anti-colonial: os CLAC's (Comités de Luta Anti-Colonial), o Movimento Popular Anti-Colonial (MPAC), ou a RPAC (Resistência Popular Anti-Colonial). A actuação dos militantes do MRPP começou por surpreender a polícia política, já com traquejo na longa convivência com os métodos de resistência do Partido Comunista Português. Adequou-se com a costumeira mão pesada. Em 12 de Outubro de 1972, o jovem Ribeiro Santos, militante da organização, viria a ser assassinado a tiro por um agente da DGS no ISCEF, com um outro militante ferido e preso: José Lamego. O *activismo voluntarista* destes jovens maoistas (Cardina, 2010:94) ficaria também assinalado por um crescendo de prisões, a que nem o final do Estado Novo poria cobro, pois ocorreriam novas vagas de detenções nas condições que emergiram do 25 de Abril.

Num registo consentâneo com a análise que fazia da situação política, o Comité Lenine - comité central do MRPP, na clandestinidade - lançava um

comunicado no próprio dia 25 de Abril, que começava assim: *"Há escassa meia dúzia de horas, um golpe de estado conduzido por um sector da oficialagem do exército colonial-fascista foi desencadeado contra o governo da camarilha marcelista. No momento em que escrevemos, a luta entre as duas cliques da classe dominante prossegue em todo o país, tendo por objectivo imediato o controlo exclusivo dos centros vitais do aparelho de estado burguês e o domínio dos pontos nervosos principais das forças armadas que o sustentam."* Os meses que se seguiram ao golpe de 25 de Abril de 1974 ficariam marcados por várias prisões de activistas do MRPP, que culminaram na detenção de mais de quatro centenas de militantes em 28 de Maio de 1975¹.

No universo juvenil – de estudantes e de trabalhadores – os últimos anos do Estado Novo haviam ficado marcados por uma dupla perda da hegemonia: por parte do regime, que deixara de conseguir controlar instituições-chave como a Faculdade de Direito de Lisboa, onde se formavam as elites dirigentes e se preparavam muitos dos filhos dos grupos que circulavam na esfera do poder; por parte da resistência habitual, com alguma ultrapassagem dos métodos cautelosos, que começaram a ser vistos como conciliadores – embora continuassem a ser duramente reprimidos –, propugnados e protagonizados pelo PCP. A universidade fora mudando ao longo da década de 1960, em virtude da necessidade do desenvolvimento do capitalismo português nesses anos, que conduzia à entrada de novas camadas sociais. Também fora dela, nas unidades de produção da cintura industrial de Lisboa, jovens provindos de grupos sociais modestos acediam ao ensino técnico, alguns através da escola nocturna, que se conjugava com o dia de trabalho. O movimento cooperativo livreiro – em que o MRPP interveio, através da Livrelco e da Livrope, encerradas como outras cooperativas em 1972 por recusarem entregar os estatutos aos Governos Cívicos – permitiu a circulação de um conjunto de obras de literatura, de ciências sociais e, sobretudo, de política, aproveitando a conjuntura marcelista.

1 - Segundo José Manuel Lopes Cordeiro, foram presos 432 militantes, encarcerados em Tires, Caxias e Pinheiro da Cruz (Cordeiro, 2009:119). Já antes, em Março de 1975, *"o MRPP viu a sua actividade politica suspensa até à data das eleições para a Assembleia Constituinte – às quais não pôde concorrer, sendo nesse período proibido de desenvolver propaganda pública, incluindo a realização de comícios -, sob a falsa acusação de uma «sua possível participação ou influência nas manobras contra-revolucionárias que deram origem à contra-revolução de 11 de Março» (Decreto n.º 137-E/75, de 17 de Março)." (Cordeiro, 2009:119)*

Esta faixa etária, apartada pelas diferenças sociais, tinha a uni-la o espectro da guerra colonial, que a todos atingia. A juventude, como *«agente da mudança, substituindo ou acompanhando o proletariado na missão histórica de transformação social que o marxismo lhe havia identificado»*, assumira *«práticas, discursos e atitudes diferenciadas dos restantes actores sociais»* (Cardina, 2010:28). De resto, *“a «cultura mundo» tecida durante os «longos anos sessenta» não deixou de se manifestar em Portugal”* (Cardina, 2010:107), e *“uma parcela significativa da juventude foi paulatinamente absorvendo os ecos deste novo ambiente de insubmissão e informalidade”*. (Cardina, 2010:106). Acenava-se com a possibilidade de romper o ciclo vicioso da dominação e da opressão e de construir uma sociedade diferente: *“Em suma, nunca Marx e Rimbaud haviam estado tão perto: «mudar o mundo» e «mudar a vida» faziam agora parte de um mesmo impulso”* (Cardina, 2010:7).

É neste enquadramento, aqui muito abreviado, que se entendem as memórias individuais e colectivas dos que foram militantes do MRPP na década final do Estado Novo e nos primeiros anos após o golpe de 25 de Abril, que vêm sendo recolhidas há vários anos, no âmbito de um projecto mais vasto, pelo António Monteiro Cardoso e por mim. Essa memória – colectiva ou particular - é um objecto encontrado e não reclamado pela memória social na actual conjuntura, com a liquidação dos valores subjacentes a essa esquerda radical. É o caso de Aurora Rodrigues, cujo relato se recolheu, transcreveu e tratou, através do qual se consegue entrelaçar a história social e o retrato parcelar, obtido num segmento duma narração de vida, complementado com documentos pessoais e com a consulta de arquivos. Em termos metodológicos, seguiu-se um processo análogo ao que antes tinha sido testado com a investigação em torno dos militantes comunistas no Couço (Godinho, 2001), agora sem uma vinculação local. Trata-se, de novo, de uma memória enraizada num grupo restrito e, na actualidade, permanece a interrogação acerca dos possíveis herdeiros desta herança.

A publicação deste texto é a primeira fase de apresentação dos resultados desse trabalho mais longo, que decorre desde 2003 e que só agora começa a ter visibilidade. Insere-se num conjunto de outras publicações que pretendem contrariar um fenómeno que se tornou corrente desde o final dos anos 1980, que passa pela desqualificação dos momentos revolucionários, pela sua avaliação com ressalvas ou pelo completo banimento, e, concomitantemente, por uma desvalorização do carácter repressivo do Estado Novo, por imposição duma agenda política mais generalizada. As

novas camadas chegadas ao poder não puderam alterar de um golpe a percepção social quer do quotidiano, quer dos acontecimentos que perpassaram a ditadura, sobretudo enquanto estão vivos os que recordam os seus modos de actuação.

Paulatinamente, as edificações hegemónicas que correspondem ao conservadorismo instalado foram construindo o seu próprio formato revisionista, através de uma depreciação da ideia de revolução na historiografia contemporânea, em paralelo com a diluição do seu património histórico e simbólico na consciência colectiva. Ao mesmo tempo, como nota Luciana Soutelo numa dissertação de mestrado recente (Soutelo, 2009), tornou-se constante ressaltar os *erros*, os *desvios* e os *excessos* dos processos de aceleração da história, numa investida coetânea da ofensiva política neoconservadora, iniciada nos primeiros anos do cavaquismo. As revoluções e os revolucionários passaram a ser apresentados como gente fora do tempo, destemperada, pouco *cool*. Mais, falar e escrever acerca de revoluções e revolucionários não está na moda. Cobre-se de ridículo quantos deram o melhor de si, generosamente, em processos de invenção da democracia num país que a desconhecia, ou deprecia-se os seus feitos, conectando-os com a instabilidade social. Os processos revolucionários são negativizados, remetidos para a anormalização, a patologização e a psiquiatrização.

Num dia ainda quente do Outono de 2009, uma antiga presa política, Aurora Rodrigues, juntamente com um historiador, o António Monteiro Cardoso e uma antropóloga - eu própria - iniciaram um trabalho que consideram premente. A Aurora conheceu as masmorras de Caxias em duas ocasiões, antes e depois do 25 de Abril. Na sua primeira prisão foi isolada, espancada, sujeita à tortura do sono durante 450 horas. Na segunda foi exposta a situações degradantes e a perigos incontrolláveis, num tempo que já se apresentava como democrático. Resolveu contar. Precisava de o fazer, porque há deveres de memória, para que não se construa sobre o esquecimento uma sociedade comum, para que não se desbarate a dimensão da esfera pública e para que não se perca o sabor da vida.

Trilhos da memória

*Cada vez que nos dan clases de amnésia
como si nunca hubieran existido
los combustibles ojos del alma
o los labios de la pena huérfana
cada vez que nos dan clases de amnesia
y nos conminan a borrar
la ebriedad del sufrimiento
me convenzo de que mi región
no es la farándula de otros
(...)
el día o la noche en que el olvido estalle
salte en pedazos o crepite/
los recuerdos atroces y los de maravilla
quebrarán los barrotes de fuego
arrastrarán por fin la verdad por el mundo
y esa verdad será que no hay olvido*

Mario Benedetti, *El olvido está lleno de memoria*

Uma abordagem macroscópica de malha larga abandona as pessoas e os acontecimentos às infâmias numa visão que denega a história, para melhor esboçar o traçado de um mundo numa visão unificada, comemorativa e eventualmente musealisável. Todavia, essa perspectiva globalizante estala quando se procede à diversificação das escalas de análise e, singularmente, quando se privilegia a observação num nível micro. Numa perspectiva distanciada, o todo afigura-se coeso e mais importante que as partes, que se diluem, desvanecem e distanciam. Por um lado, o olhar sobre a realidade parece permitir um vasto ângulo de visão e uma perspectiva de conjunto, enquanto por outro se perde o pormenor, o nível dos indivíduos e dos colectivos em que se movimentam. Abandona-se o indivíduo, capta-se uma massa. Mas, como lembra Raymond Williams, não existem «massas», e o termo constitui tão só uma forma de encarar os *outros* como tal, porque «as *massas*» são «os *outros*». Entre o olhar distanciada e a visão de proximidade, densificando a informação e conferindo centralidade às mulheres e aos homens, preferimos aqui a segunda, com um relato de cadeia por razões políticas, cuja recolha, transcrição, reconstituição e revisão nos propomos descrever.

Em Novembro de 2009 soube que um processo colectivo do arquivo da PIDE-DGS tinha consulta interdita no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Aurora Rodrigues era uma das arguidas. Telefonei à actual magistrada do Ministério Público em Évora. Ao tomar conhecimento de que os investigadores não podiam aceder à informação desse processo, alegando o ANTT que só os próprios o poderiam fazer, Aurora entendeu que devia agir. Veio de Évora a Lisboa num ápice, deixando na Torre do Tombo um documento que disponibilizava a totalidade dos elementos a seu respeito para consulta por parte dos investigadores.

Aurora Rodrigues já consultara o referido processo há alguns anos, bem como as diversas pastas em seu nome. Terá sido então que verificou a imprecisão dos documentos que, utilizados como fonte privilegiada em obras de investigação, conduzem a equívocos e erros crassos. Leu esses erros, omissões e imprecisões em obras que foram sendo publicadas, que tomavam os documentos produzidos pela polícia política como fonte determinante e inteiramente credível. Percebera que esses trabalhos, citados noutros, iniciavam uma bola de neve da asneira, falseando elementos que considerou decisivos para a compreensão do ocorrido e da sua actuação. Aurora não se vê só como «vítima da PIDE», que o foi inegavelmente, mas também como alguém que agiu, com ousadia e destemor, contra instâncias mais débeis ou mais fortes do Estado Novo, fosse contra o ensino na Faculdade de Direito, fosse na rua, através de pinturas, de manifestações-relâmpago e de várias formas do repertório de resistência.

Com António Monteiro Cardoso, iniciáramos meses antes um trabalho que passaria por diversas fases e que resulta da cumplicidade e da imbricação com a Aurora, no sentido de reduzir as imprecisões através do recurso a fontes diversas. No que toca à narração de vida, tínhamos optado por uma recolha parcelar, que permitisse entender o que conduziu uma jovem alentejana provinda duma família modesta a militar numa organização maoísta no início dos anos 1970, bem como esses anos da sua militância. Uma vida contada não tem um princípio obrigatório nem um final conhecido e, no que toca ao relato que se segue, ele está deliberadamente centrado em duas prisões, descurando intencionalmente quer os aspectos da militância a seguir ao 25 de Abril – que surgem esparsos – quer a vida de Aurora após a sua saída do MRPP e até à actualidade. Esta escolha técnica, destinada a enfatizar as prisões, foi obviamente propositada. Em primeiro lugar, a ênfase nas prisões políticas, pela sua densidade e intensidade, perder-se-ia entre o movimento social intenso e absorvente do período revolucionário que se

seguiu ao 25 de Abril, bem como nos detalhes de militância e vida partidária, aqui menos importantes. Em segundo lugar, foi entendimento da Aurora, respeitado pelos investigadores, que a sua vida privada só a si diz respeito.

Num sábado de Setembro de 2009 combinámos um primeiro encontro em Lisboa. O António Monteiro Cardoso é seu amigo desde os tempos em que eram estudantes na Faculdade de Direito de Lisboa. Foram também camaradas em várias lutas e militantes do MRPP, desde o início da década de 1970 e por vários anos. Também eu fui, entre 1976 e 1985, militante da FEM-L e depois do Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP), criado pelo MRPP em 1976, não me cruzando então com Aurora. Só a vi uma vez, em Abril de 2009, num jantar que homenageava um amigo comum que desaparecera. Creio que inaugurámos uma amizade nesse dia de Setembro de 2009 em que iniciámos a gravação de um conjunto de conversas a que a Aurora se prestou.

Nessa primeira sessão, a Aurora transportava consigo um envelope com fotos, cartas, postais, um bloco quadriculado e recortes de jornal, que digitalizámos. Noutros encontros traria mais materiais, que ia procurando, e clarificaria determinados aspectos. Em alguns pontos em que tinha dúvidas, cruzou informação, telefonou a terceiros, falou com a mãe, almoçou com outros. A preocupação com o apuramento de alguns episódios requereu um esforço de precisão, evidenciado em telefonemas, como o que se seguiu a um encontro em que trabalhámos alguns elementos para esta publicação. Um tempo depois, via telemóvel, a Aurora informava que determinada pessoa sua familiar tinha um nome diferente do que fora, por lapso, indicado. Esta precisão notar-se-ia em várias ocasiões, como naquelas em que se cotejaram elementos do arquivo da PIDE/DGS com os que se encontravam no bloco quadriculado que conseguiu trazer da cadeia, que permitiu apurar que as datas indicadas nos autos de perguntas do Processo-Crime 231/73 do arquivo da PIDE/DGS à guarda da Torre do Tombo não podem ser reais, antes constituindo uma maneira da polícia política demonstrar em tribunal quão cadenciado fora o processo de averiguações. O rigor que pôs no que relatou levou-a a uma precisão extremada: ao contabilizar as 450 horas de tortura de sono a que foi submetida, diz ter obtido este número depois de descontar as escassas horas em que dormiu, a seguir a um desmaio, só recomeçando a contagem do tempo quando voltou a si.

Na sessão inicial, fomos para um local calmo iniciar a gravação do seu testemunho, que decorreria em três longas sessões principais, complementadas por outras, num encontro na Torre do Tombo, num

jantar, múltiplos telefonemas e envio de correio electrónico. Dessa tarde de Setembro de 2009, de um fôlego, resultaram várias horas de gravação, entrecortadas por um chá. O testemunho recolhido enquadra uma narração de tipo autobiográfico dirigida para um período preciso da vida de Aurora Rodrigues, num quadro de interacção precisa com dois investigadores (Desmarais, 1986:11). Constitui em simultâneo uma exposição, cuja narração não foi interrompida, e uma entrevista, em que lhe foram sugeridos tópicos para uma maior concisão. Em qualquer dos encontros, aproveitaram-se os intervalos para discutir determinados elementos e algumas sessões destinaram-se a precisar e completar certos pontos.

Reencontrámo-nos no dia 3 de Outubro de 2009, depois de um almoço com outros antigos militantes do MRPP. A Aurora estava adoentada, mas ainda assim a entrevista fluiu, com precisões acerca do primeiro relato. Já em Novembro faríamos uma terceira sessão. Os relatos foram transcritos, recompostos, anotados e revistos pela Aurora, posteriormente cruzados com elementos de proveniências diversas. Voltaríamos a ouvi-la e a fazer uma gravação em 14 de Novembro de 2009. A recomposição da história de vida, com a introdução de subtítulos, a reorganização cronológica de elementos e a colagem de dados em falta, seguindo as indicações dadas pela própria, foi uma das fases mais morosas, que o António concretizou.

Socorrendo-se de fontes variadas, coube também ao António Monteiro Cardoso introduzir as notas que tornam o texto mais compreensível, sobretudo para quem não viveu aquele período. Seguiu-se uma revisão do texto pela Aurora Rodrigues, um procedimento que procurámos acompanhar à distância, através do correio electrónico e de telefonemas. Preocupávamos o desencadeamento de emoções fortes pelo seu confronto com a memória, agora sob forma escrita, com um efeito pós-traumático a provocar sofrimento acrescido. A angústia que acompanhou os dias seguintes e que se prolonga até à actualidade, depois de ter libertado em bloco uma memória tão traumática, conduziu a interrogar os efeitos a longo prazo da exposição a condições prisionais e de tortura, com a invenção de rotinas nas mais tremendas circunstâncias. Também essa denúncia torna premente a divulgação deste relato.

É comum dizer-se que os indivíduos são os piores narradores dos eventos em que estiveram envolvidos, mormente se têm um interesse directo neles. Os que o dizem podem, por outro lado, ser grandes consumidores de auto-biografias ou biografias publicadas, frequentemente longe da «gente comum». A crítica aos relatos de vida, à história oral e ao método das histórias

de vida é típica dos que entendem que os documentos têm maior grau de verdade, apesar da selecção da informação, da falsidade, das estatísticas enviesadas, da proveniência dos dados ou da censura. Ao negar o valor do testemunho oral para a compreensão duma dada realidade, este fetiche do documento, que persegue alguns investigadores da história contemporânea, denota uma ausência de entendimento de que a memória pode servir para olhar para a história com os olhos dos que foram subalternizados ou provenientes de grupos sociais subordinados – e não só *vítimas* –, bem como para romper silêncios e poder construir um futuro melhor. Esquecem ou obnubilam que o registo e construção das futuras fontes, bem como a arquitectura da história, não dependem de um *deus ex-machina*. Há sempre alguém por detrás, que vive num tempo, numa sociedade, numa classe - é um ser histórico.

Através da percepção e do sofrimento da *gente comum* ouve-se o murmúrio das sociedades de que são o motor, a que dão o ritmo essencial e alimentador da realidade social. Enquanto a história se vai construindo a partir do exterior das representações que os indivíduos fazem, é importante proceder à avaliação da perspectiva que estes próprios têm de si e de um conjunto de acontecimentos demarcados, numa sequência temporal precisa. Partir para a reconstrução feita pelos envolvidos de determinado momento das suas vidas, comparando essa edificação com as que são efectuadas noutras fontes ao dispor dos investigadores, permite-nos ultrapassar os limites da história documental, e salienta a importância de abordagens que transcendam os campos disciplinares. O material oral – como os documentos escritos - requer uma comparação com o de outras proveniências, sendo complementado, corrigido e refeito nas discussões entre os investigadores e os entrevistados acerca das eventuais incongruências nas narrações. Por outro lado, ganha acuidade a comparação de um dado relato com outros registos biográficos conhecidos, recolhidos ou publicados, bem como com a utilização de uma aproximação interdisciplinar. Finalmente, requer o controlo e exposição da interacção entre entrevistadores e entrevistados, com a explicitação do quadro preciso em que ocorreu.

A investigação centrada nos movimentos sociais utiliza as narrações biográficas e os testemunhos a vários níveis. Por um lado, através do cruzamento de relatos diversos e de documentos de proveniências variadas, pode proceder-se à saturação da informação e à reconstituição de um dado evento ou contexto. Por outro, numa densificação da informação que considera que um ser humano é uma síntese, esses relatos são utilizados para dar

conta da especificidade pessoal, através da qual se pode entender questões como a influência da socialização primária no comportamento político, o papel das redes sociais no recrutamento para uma dada organização, o carácter do estímulo que motiva os indivíduos para o envolvimento político, as sucessivas mudanças na percepção da realidade que dependem do enquadramento num dado movimento (della Porta, 1982:175). Contrariando a visão de que a história escrita é uma mera reconstrução da verdade, ou o exclusivo domínio do investigador, esta outra visão reforça o papel das pessoas e obsta ao monopólio académico do conhecimento.

Os relatos biográficos tornam as pessoas centrais e conferem-lhes um papel vital para conceder sentido à história. Neste caso, apresentamos um depoimento oral, passado a escrito mas a que intencionalmente se deixou marcas da oralidade, alvo de correcções, precisões e notas. Fomos ajudados nas transcrições pela Ana Candeias, o Hugo de Sá Ribeiro – que também concretizou a apresentação da genealogia dos visitantes em Caxias - e o Pedro Leal, bolseiros de iniciação à investigação no IELT no âmbito de um projecto sobre memória política, que trabalharam com rapidez e eficácia, empolgados pelo que ouviam. Sem monomanias metodológicas, nesta obra conjugaram-se meios e técnicas diversificados, acedendo-se a vários materiais, desde o arquivo pessoal de Jorge Quininha (falecido em 2005), à guarda de António Monteiro Cardoso, ao arquivo da PIDE/DGS e ao arquivo particular de Aurora Rodrigues. João Branco seria fundamental em Castro Verde para obter informações esclarecedoras. Joana Terica, filha de um vizinho de Aurora que também fora preso político, trouxe a nota significativa acerca do pai. O "grupo do Cabrinha" permitiu confrontar, acertar e contextualizar elementos que se afiguravam menos claros. João Godinho serviria para algumas consultas à distância, enquanto nos isolámos no processo de escrita.

Do espólio pessoal da Aurora saíam "vários materiais" epistolares e fotográficos, bem como um bloco de notas "Castelo" já sem capa e com algumas folhas rasgadas. Nesse caderno de papel quadriculado que Aurora Rodrigues conseguiu trazer consigo de Caxias, depois da sua primeira prisão por parte da DGS, há um esboço de calendário que se inicia na contracapa, de cartão grosso. Percebe-se que lhe serviu de orientação, impedindo o desnorte durante todo o tempo de prisão, em que ficou isolada. É ambígua esta remissão da linguagem para pontos cardeais – orientar, nortear - quando não era do espaço que se tratava. Confinada e isolada na área reduzida duma cela, após a prisão em 3 de Maio de 1973 pela DGS - o

acrónimo marcelista para a PIDE que não lhe amaciou os intentos –, usou este bloco para nele assinalar o tempo, as ideias, os planos. Era importante contar o tempo e ter projectos a partir da cadeia, quando estava à mercê duma instância que a poderia manter ali por um longo período, embora os conhecimentos jurídicos da Aurora lhe conferissem a percepção de que a duração da prisão sem culpa formada não poderia ser eterna.

Nesse bloco, inscreveu os nomes dos meses em português, francês e inglês, jogou ao stop desafiando-se a si própria, escreveu um conto ingénio - a "História do balão que subiu ao céu" – como se pretendesse certificar a sua sanidade e a sua memória, como se agenciasse confirmar que não a destituíam do aprendido nem a secavam por dentro, como se a *instituição total* não lograsse levar a melhor e a sua cabeça conseguisse uma esfera autónoma de resistência contra a instância, ora brutal, ora subtil, que a pretendia subjugar. Ao lado de um porco estilizado que esboçou, escreveu: "Um cão é um cão. Um gato é um gato. Um porco será sempre um porco". Numa outra página agenda a rotina da cadeia, com os ritmos do corpo e da vida celular por perfusão a sobreporem-se: às 8 horas, café; às 12, almoço; às 6, jantar; às 2,30 lixo; das 3 às 6 recreio; das 2,30 às 15 devolução às famílias na véspera; 2 às 2,30 requisição de jornais e revistas (com a indicação *Diário de Lisboa* e *Capital*), e "4 livros recreativos". Numa página, uma espécie de lâmpada, transmutada em árvore; noutra vários desenhos, MAR O MAR OLHA, como num exercício de poesia visual.

A sua calendarização e os planos, a sua acção autónoma dentro do horário prescrito pela entidade repressiva estão evidenciados numa outra página: um horário de estudo que se iniciaria às 8 horas com Direito Civil e depois "Motta Pinto – ver, confrontar o negócio [jurídico] com o Castro Mendes resumir por escrito. Estudar os sujeitos pelo Castro Mendes e resumir por escrito. Economia – tarde. Estudar o Barre confrontar com o Martinez. Depois, pedir um livro de direito fiscal (2), outro de Finanças (3), o Samuelson (4) e o Objecto de Direito Civil (5)". Preparou-se para uma estadia mais prolongada, em que se propõe escrever "um conto simples", pensando até num projecto para um romance. "Tenho tempo, não posso fazer mais nada." Transmutar o que lhe aconteceu – a prisão, em que não age, mas operam sobre si, ficando à mercê de outrem – em algo que pode controlar e que escapa à esfera do que lhe é imposto, traduz a sua margem de liberdade, reforçando a percepção de que, mesmo encarcerada, não a vergam nem lhe corroem o espírito. Além da sua consciência política, para tanto contribui a rede social no exterior, que vai garantindo que nada lhe

falta. Por exemplo, o seu pai, António Rodrigues, numa carta datada de 24 de Junho de 1973 escreve: "Recebemos as tuas cartas com datas de 18 e 20², como podes calcular trazem-nos sempre um embaciar de olhos que não podemos explicar se é alegria se é tristeza", adiantando depois que "Já tens os livros, estuda, os que te fizerem falta pede, mesmo com dificuldade se arranjarão, a nossa família parece desligada mas ao chegar a hora precisa tudo se uniu no mesmo objectivo, salvar-te, estuda a lei só livros úteis à sociedade, o mundo precisa de pureza e honestidade para que haja felicidade e alegria, não fazerem falta cadeias nem armas, vivermos sempre com a mesma pureza como nascemos".

Através do referido bloco entende-se também que queria contar depois, impedindo que a passagem dos dias na cadeia pudesse ser medida só pela ciclicidade dos ritmos do corpo e que o controlo do seu tempo ficasse estritamente delimitado pela esfera prisional. Assinala "450 horas de tortura de sono", bem como regista no referido calendário improvisado com um "t" ou com "tort" a esferográfica vermelha os dias entre 23 de Maio e 7 de Junho e, de novo, entre 18 e 21 de Junho, indicando os períodos de tortura. Fora presa a 3 de Maio, atrás da Faculdade de Letras, depois de um *meeting* estudantil contra a repressão, como tantos que decorriam numa cadênciã quase rotineira neste *inverno marcelista*, com endurecimento do controlo e das prisões dentro e fora das universidades, concomitantemente ao crescendo do activismo juvenil. As preocupações anteriores à cadeia estão patentes numa outra página, quando assinala: *Carros da Pide DL-69-99*.

Também o dia 12 de Outubro aparece assinalado, nesse calendário que, por ser indefinida a duração da sua permanência na cadeia, preparou até Dezembro. A ênfase no assassinato nessa data do seu amigo e camarada José António Ribeiro dos Santos, central na história de vida de Aurora Rodrigues, emerge em momentos posteriores e noutras narrações recolhidas. Como salientava Aurora num telefonema recente, depois da morte de mais um antigo militante do MRPP que integrara a sua esfera de contacto, cada desaparecimento actualiza essa morte primordial, reaviva episódios e é sentido como uma perda de parte do grupo de jovens agitadores que se movimentava na Faculdade de Direito de Lisboa ou em Económicas, nas OGMA ou em Vila Franca. Para muitos dos que viveram a repressão salazarista e marcelista, para os que conviveram com a morte de um jovem da sua idade, com o qual alguns tinham uma relação de

2 - Deve referir-se às datas do correio, já que Aurora se encontrava entretanto na tortura.

amizade, a memória está em carne viva, ainda que a tenham desejado banir. Arlette Farge enfatiza que gerações inteiras podem ser acompanhadas por uma memória determinada, que marcará as respectivas posições éticas e as formas de cada um se aproximar do mundo (Farge, 2002), ainda que a coorte geracional possa não ser suficiente para justificar o marco dum evento. É difícil dizer quando e onde estacam as consequências de um acontecimento traumático como o assassinato de Ribeiro Santos, porque se exerce através duma rede de relações com efeitos estruturantes, imprevisível tanto na sua duração como no seu raio.

As visitas dos familiares, no círculo dilatado da família extensa, denotam a forma como se mobilizaram neste momento de crise os parentes e o núcleo de vizinhos, amigos e camaradas. Segundo o registo da DGS, a lista dos parentes que a visitam inclui doze pessoas: a mãe, Maria Amélia, e o pai, António Rodrigues, de Castro Verde; a irmã, Maria da Ascensão Salvador Rodrigues, e o cunhado, José Aires Estevens Baptista, residentes em Serpa; o tio, António Salvador Pires e a tia Maria Ana da Palma Diogo Pires, de Vale de Milhaços, Corroios; os tios José Salvador Revez, Francisco Rodrigues Raposo, e as tias Felicidade Maria da Palma e Inês Maria Drago Salvador, residentes em Camarate; a tia Idalina Rosa Rodrigues, que vivia no Prior Velho e o tio Francisco Teixeira Pires, residente em Vale Flores, no Feijó (ANTT, Arquivo da PIDE/DGS, Processo-Crime 231/73, IV Vol., vs. fl. 238). Além destes nomes citados no processo, ainda visitou Aurora a sua tia Maria Antónia Pires, casada com o seu tio Francisco Pires, que todavia não é indicada na lista dos visitantes. Não estão na lista também outras pessoas, como o filho do padrasto da sua mãe, Joaquim, e a sua mulher, Bárbara, que vieram várias vezes de propósito de Vale de Milhaços, a acompanhar os restantes familiares, mas que não podiam entrar, por não serem parentes directos. Também Ana Gomes fora incumbida pelo MRPP de seguir de perto o caso da Aurora, acompanhando a família. Com António Monteiro Cardoso, ambos amigos e camaradas da Aurora, esperavam a mãe e outros familiares na estação do Terreiro do Paço e acompanhavam-nos a Caxias. Outros militantes do MRPP, como Manuel António Pita, assistiam à distância, pois estavam mais referenciados pela DGS. Não sendo familiares, ficavam excluídos das visitas. Rondavam pelas proximidades da cadeia, sendo visíveis para a própria Aurora a partir da janela prisional no final dos encontros familiares. Os "beijos da «prima Aninhas»", que inicialmente intrigavam Aurora, quando a mãe fazia a lista de todos os que enviavam lembranças e carinho, tornaram-se claros quando viu Ana Gomes a partir da janela da cela.

Apesar da censura da correspondência, também as cartas da mãe, do pai, da irmã ou de uma tia, permitiam alguma continuidade entre o universo prisional e o exterior. O pai, a conviver com uma depressão que foi então agravada, escreve cartas em que se adivinha que se dirige mais do que à filha: *"Agradeço que me digas, porque motivo estás presa, na cadeia em que estás parece ser por política, será que tu andas metida nisso ou será por qualquer engano? Oxalá que sim, então tu em todos os estabelecimentos de ensino em que tens andado, tens sempre dado provas de aluna exemplar e nunca houve qualquer queixa de qualquer professor, o que para mim foi sempre uma honra, além de tantos sacrifícios, e agora saber que estás num lugar desses, sem eu ter a menor suspeita de coisas dessas, confessa-me tudo para me tranquilizares; és nova, e essas idades às vezes levam-nos a caminhos errados, mas qualquer erro se pode emendar e desde que seja emendado há perdão e a nossa vida não será prejudicada, espero que tenha sido algum engano ou confusão"*.

Todos os membros da família com quem se correspondia registavam as datas das cartas recebidas e enviadas. Demonstravam, assim, que controlavam a periodicidade e assinalavam as discontinuidades inerentes aos períodos de tortura, evidenciando grande inquietação quando não recebiam correspondência. É o que se lê numa carta da mãe, datada de 24 de Maio de 1973, enquanto Aurora estava submetida a tortura, que lamenta a falta de correspondência, mas que remata de forma ambígua: *"penso que terás tido novamente alguma coisa que te impeça de escrever, oxalá que não; Seja apenas porque tenhas pouco para dizer"*. Finaliza essa carta, como todas, convocando afectos duma rede doméstica mas também extra-familiar: *"Muitos beijos e saudades de todas as pessoas amigas e vizinhas. Um grande abraço do pai e muitos beijinhos da tua mãezinha amiga"*.

Em 4 de Junho, num telegrama expedido do Terreiro do Paço, dirigido ao Ministro do Interior e apenso ao seu processo, os parentes de Aurora escrevem: *"Abaixo assinados familiares proximos de Aurora RSR detida pela DGS em 3 de Maio passado e actualmente em Caxias alarmados por nao lhes ser autorizada visita desde o dia 19 de Maio e na convicção que tal se deve ao facto de detida se encontrar em mas condições de saude devido aos interrogatorios solicita urgente intervenção de Vex.^a no sentido de que lhe seja autorizada imdte uma visita. Maria Amelia, Antonio Rodrigues, Maria da Ascensão Maria Antonia Pires Jose Salvador Reves Antonio Salvador Pires"*. (ANTT, Arquivo da PIDE/DGS, Proc-Crime 231/73). Num postal enviado pelo pai em 8 de Junho está escrito que a mãe de Aurora se encontra há oito dias

em Lisboa e que vai consecutivamente à cadeia sem que a deixem visitá-la. Além destas iniciativas da própria família, patentes na correspondência que integra o espólio particular da Aurora, no ANTT encontra-se uma carta colectiva, integrada no Arquivo da PIDE/DGS. É dirigida em 7 de Junho de 1973 ao Conselho Escolar da Faculdade de Direito de Lisboa pelas "mães, pais, irmãos, tios e tias de vários estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa, presos pela Direcção Geral de Segurança no passado dia 3 de Maio e seguintes. São eles: Aurora Rosa Salvador Rodrigues, Liliana S. José André, Marília de Jesus Mendonça, José Alberto Lamego, José Luiz Saldanha Sanches, Pedro Bastos Teles Palhinha e Duarte.". Os familiares relatam as condições prisionais: "Cada um deles se encontra numa célula isolada, a nenhum foi permitida a visita de advogado ou a assistência por estes últimos aos interrogatórios a que estão a ser constantemente submetidos. À totalidade deles foi apenas permitida uma visita de meia hora semanal pela família, visita essa que, apesar da sua exiguidade, tem sido numerosas vezes, pelos mais vagos e inconsistentes pretextos, impedida.

Na sua grande maioria, não recebem nem podem enviar cartas aos seus familiares, assim como lhes não é autorizada a entrada de livros, designadamente escolares."

Salientam a sua preocupação e denunciam a situação. No caso da Aurora: "a sua família está proibida de a ver há três semanas, temendo fortemente pelo seu estado de saúde;

5) Na verdade, aquando da última visita de sua irmã, em 10 de Maio, a Aurora Rodrigues encontrava-se profundamente afectada, tendo informado que a impediram de dormir;

6) No dia 25 de Maio, pelo telefone, a DGS confirmou que no dia 26 a família a podia vir ver. Pelo que, nesse dia, dirigiram-se a Caxias vários familiares, vindos de Camarate, Valflores – Feijó e Corroios. Chegados a Lisboa-Caxias foi-lhes informado que a visita estava cortada. Tendo perguntado pela razão, foi-lhes dito por um «policia» que tal se devia a uma «questão nervosa» da sua filha;

7) No dia 2 de Junho, os mesmos familiares dirigiram-se a Caxias, tendo-lhes novamente sido dito que não podiam ver a sua filha, irmã e sobrinha. Desesperada, a sua mãe pediu que a deixassem escrever-lhe, já que não sabia sequer se a sua filha estava viva ou morta. E disse que não saía de Caxias sem ter visto a sua filha, já que temia e tinha fortes suspeitas que algum mal lhe tivesse sido feito. Em face desta atitude firme, um «policia» ameaçou-a e insultou-a, dizendo-lhe que "a bem ou a mal a srª sairia dali";

8) Na 2ª feira seguinte, dia 4, a mãe dirigiu-se novamente a Caxias onde mais uma vez foi impedida de ver a sua filha;

9) Na 3ª feira, dia 5, a mãe dirigiu-se novamente a Caxias, onde mais uma vez foi impedida de ver a sua filha. Nesta ocasião recusaram-se a deixá-la entrar, não sendo atendida por ninguém;

10) No dia 6, a mãe dirigiu-se novamente a Caxias onde foi recebida por um polícia «todo risonho», a quem pediu para ver a sua filha, nem que fosse só por 5 minutos, ao que lhe foi respondido que “ela não quer visitas”. Ao mesmo tempo, diziam-lhe para não mais lá ir, visto que aquele local “não era uma repartição pública mas propriedade privada”;

11) Em todas essas ocasiões, os familiares foram sujeitos a autênticos interrogatórios sobre o que faziam e onde viviam, no objecto de os atemorizar;

12) No dia 6, da parte da tarde, os familiares de Aurora novamente se dirigiram a Caxias, acompanhados por alguns dos seus colegas. Logo que chegaram a Caxias foram recebidos com insultos, com as metralhadoras aperradas e os «guardas prisionais» distribuíram ordens de prisão a torto e a direito, tendo prendido um dos acompanhantes da mãe da Aurora³, que sentada num banco dizia não sair dali sem ver a sua filha”. (ANTT, Arquivo da PIDE/DGS, Proc.2288/72 SR).

Através das cartas da irmã, é levado até Caxias o quotidiano do jovem casal, que acaba de ser pai duma menina, a cujo baptizado Aurora assistira pouco antes de ser presa. A irmã envia-lhe uma nova foto da sobrinha, segundo é anunciado numa carta de 12 de Junho pela mãe de Aurora e depois comentado noutras missivas da irmã. A partir de Serpa, Maria da Ascensão vai-lhe descrevendo o novo automóvel «*cor de café com leite*» e a primeira papa da filha, ao mesmo tempo que cuida de lhe arranjar um advogado e lhe envia selos. Uma das tias enviar-lhe-á o papel selado necessário para passar uma procuração a um advogado de Beja, conhecido da família.

Fora da cadeia, a rede de vizinhança e amizade mostrava-se operante, com as vizinhas a destinarem-lhe mimos variados. Um vizinho alfaiate, António Terlica Domingues, ele próprio antigo preso político, enviou nógado e entregou aos familiares de Aurora um par de calças que fez para ela. Numa carta de 13 de Junho de 1973 a mãe, Maria Amélia diz ter mandado uma encomenda para que os tios lha levem, “e na encomenda vão lembranças das nossas vizinhas que te mandam abraços.”. Também o seu pai, António Rodrigues, que indica a morada *Bairro Municipal, Castro Verde*, escreve uma

3 - Terá sido António Luís Peixoto Cotrim, hoje diplomata.

carta ao Presidente do Conselho, datada de 5 de Junho de 1973, parecendo evidenciar um assentimento político desmentido pelos seus posicionamentos. Apresenta-se dizendo que tem 56 anos, que foi voluntário para a expedição aos Açores e que é cabo de cantoneiros da JAE, com 30 anos de serviço, sem repreensões no cadastro. Para iludir, alega ter sempre votado na União Nacional – o que não fizera -, e que embora fosse *"muitas vezes resmungão por este ou aquele motivo"*, se mostrara sempre cumpridor. Tem duas filhas que *"com grande sacrifício meu e auxílio de pessoas amigas conseguiram fazer ambas o 5.º ano"*. Uma tem 24 anos, é operadora dos CTT e já está *"casada e com uma filhinha"*. Aurora é a mais nova, que é solteira e tem 21 anos. Foi aluna até ao 5.º num colégio particular em Castro Verde e continuou os estudos com uma bolsa de estudos particular, por ter sido a melhor aluna do 5.º ano. Fez o 6.º e 7.º anos no Liceu de Beja com boas notas. Na Faculdade de Direito de Lisboa fez o 1.º e o 2.º anos e só no 3º perderia a bolsa, por não o ter completado. Empregou-se no Ministério do Ultramar, onde trabalhava das 16.30 às 20 horas, e dormia em casa da tia no Feijó. Com esta prisão, alega o pai na missiva, vê o futuro dela prejudicado, enquanto a saúde dos progenitores está arruinada. Justifica a filha, declarando que com *"21 anos não se passa de uma criança, embora já se pense que se é homem ou mulher"*.⁴

Na verdade, há muito que a polícia política a referenciara. A partir do liceu de Beja, o afã desvelado da DGS mantinha arquivadas as listas de alunos que sucessivamente iam concluindo o 7º ano, anotadas à frente de cada nome com a remissão para determinadas informações constantes do arquivo. Numa das pastas do arquivo da PIDE/DGS há 9 folhas com a «Lista dos alunos do 6º e 7º anos do Liceu Nacional de Beja no ano lectivo de 1968-69, com a indicação de que *"Foram feitas as respectivas fichas onde constam os elementos de identidade que me foi possível obter, com vista a que futuramente possam interessar para estes serviços."* (ANTT, Arquivo da PIDE/DGS, PI 4912). Agentes precavidos, que adiantaram trabalho para o seu colega Adérito dos Santos da Eira que, em 3 de Junho de 1972, tem a incumbência de conseguir elementos acerca de um conjunto de estudantes, entre os quais Aurora Rodrigues. Ainda que pelo seu testemunho se tenha a percepção de que se evidenciou sobretudo no funeral de Ribeiro Santos, não escapara quatro meses antes ao interesse da DGS, numa altura em que a Faculdade de Direito acabava de ser colocada sob o controlo dos "vigilantes", vulgo "gorilas".

4 - As cartas recebidas na cadeia têm os selos arrancados.

No *Auto de corpo de delito*, o subchefe da PSP Manuel Jacinto Fernandes, que prestava serviço na esquadra do Campo Grande, testemunha que *"Dos vinte e um estudantes capturados, a testemunha não os pode identificar pelos nomes, excepto um do sexo feminino que conhece bem por ser da sua terra. Chama-se AURORA RODRIGUES [maiúsculas a vermelho] e salientou-se bastante nesta altura pelas pedras que também atirou à Polícia. Um outro estudante se salientou bastante pelas pedras que também atirou à Polícia, mas não sabe o nome dele. Ele tem estatura média, um pouco fransino (sic), de vinte e poucos anos de idade, de cor um pouco escura e com o cabelo encarapinhado. Usava uma camisola amarela. No Governo Civil veio a saber-se que ele era brasileiro."* (ANTT, Arquivo da PIDE/DGS, Processo-Crime 231/73, vol. 2, vs fl. 55). Também o chefe da polícia, António Luís Gomes, diz de Aurora e Emanuel Augusto dos Santos: *"Estes dois indivíduos foram dos que mais barulho fizeram e mais reagiram à Polícia."* (ANTT, Arquivo da PIDE/DGS, Processo-Crime 231/73, vol. 2, vs fl.69). Segundo os autos do processo colectivo instruído pela PIDE/DGS, de que é responsável o inspector Américo da Silva Carvalho, Aurora Rodrigues *"a quem foi recusada a assistência de advogado por haver inconveniente para a investigação, sendo, por isso, substituído pelas testemunhas Luis Filipe Pires e Gabriel Vicente, ambos agentes desta Direcção Geral, os quais declararam obrigarse a guardar segredo de justiça"*, é ouvida a 4 de Maio pelo Inspector-Adjunto Alberto Henrique de Matos Rodrigues com o agente Alípio António Soares a servir de escrivão. A detida *"recusa a responder a todas as perguntas que lhe foram feitas"* bem como a assinar (Processo-Crime 231/73, vol. 2, vs fl.3). O auto é autenticado só pelos agentes da DGS, que poderão não ser os que participaram nas bárbaras sessões de tortura em que foi seviciada, mas tão-só os indigitados para deporem em tribunal mais tarde. Na mesma data é feita uma busca a casa dos tios de Aurora, residentes em Vale Flores, no Feijó. Entre vários panfletos, confiscam diversos livros e não deixa de ser estranho o critério que junta na apreensão, entre outros, o *Imperialismo Estado Supremo do Capitalismo* de Lenine, com a *Poesia I* de José Gomes Ferreira.

O segundo auto de perguntas tem a data de 16 de Maio de 1973. Aurora reitera *"Que se recusa a responder a toda e qualquer pergunta que lhe venha a ser feita"*. Quando a questionam se o faz *"em cumprimento da palavra de ordem do MRPP"*, não respondeu. Mantém o mutismo quando lhe perguntam se *"como membro da FEM-L tem desenvolvido as suas tarefas"*.

Data de 5 de Junho de 1973 o terceiro auto. Agora com reforço, Aurora insiste: *"volta a afirmar não prestar quaisquer declarações acerca das suas actividades, aconteça o que acontecer"*. Quando lhe perguntam se usa da palavra em *meetings*, e se incita à desobediência, reitera *"Que é evitado fazerem-lhe mais qualquer pergunta, pois não responde a nenhuma."* E mais não disse. *"Lido este auto, o achou conforme, ratifica e não assina por se recusar a fazê-lo, indo ser assinado pelas testemunhas"*.

A 27 de Junho, num novo auto de perguntas alegadamente realizado pelo Inspector António Teixeira da Silva, Aurora Rodrigues afirma *"Que não presta quaisquer declarações a esta Direcção Geral"*. Quando lhe são apresentados os panfletos e livros apreendidos, afirma *"Que não esclarece a forma como os obteve"* (ANTT, Arquivo da PIDE/DGS, Processo-Crime 231/73, vol. 2, fls 172). *"Sendo-lhe referido que a citada propaganda é bem elucidativa da sua qualidade de membro da organização secreta, subversiva e revolucionaria a que chamam MRPP e que toda ela é um incitamento violento contra a defesa do Ultramar Português, que intitulam de "guerra colonial", preconizando a sua entrega incondicional aos "movimentos terroristas", Aurora terá retorquido que não responde, e recusa assinar.*

A propriedade privada da história e a memória da extrema-esquerda

(...)
*vivir/después de todo
 no es tan fundamental
 lo importante es que alguien
 debidamente autorizado
 certifique que uno
 probadamente existe*

Mario Benedetti, *Inventario Dos*

Todas as abordagens científicas são alvo de revisões frequentes, pois é essa a essência do conhecimento. Através de novas fontes, da inovação nos métodos, de uma renovada capacidade para fazer perguntas, a revisão é inerente à actividade de investigação e, como nota Fernando Ampudia de Haro *"a história como actividade intelectual fica submetida à ideia de*

verdade como elemento progressivamente construído e, por isso, susceptível de modificação em virtude de novas contribuições teóricas e empíricas." (Ampudia de Haro, 2010:206). Não é a esse tipo de revisão do conhecimento, próprio do desenvolvimento do saber, que me reporto, mas antes aos usos políticos que obedecem a uma agenda politicamente determinada, sob o formato neo-conservador. Essas utilizações constituem um instrumento ideológico legitimador duma visão de direita e deslegitimador da esquerda, assente numa suposta verdade e objectividade. Numa tese recente, Luciana de Castro Soutelo aponta como "o estudo da memória colectiva sobre a Revolução dos Cravos implica a consideração do alcance do revisionismo histórico sobre esta temática, tanto na historiografia quanto no imaginário social." (Soutelo, 2009:3). Interrogando as relações da história com a memória, os textos produzidos ao longo de várias fases do processo de transição permitiram a revisão, a confiscação, ou a retroacção das memórias por parte dos grupos no poder.

Manuel Loff demonstra como a Segunda Guerra Mundial teve uma capacidade refundadora da identidade do mundo contemporâneo no seu conjunto e não só na Europa, com a condenação do racismo, das ideologias da supremacia europeia, do nacionalismo, do autoritarismo, do imperialismo, reforçando as teses socialistas de gestão social da propriedade, da produção e da distribuição da riqueza, o direito de rebelião contra a dominação colonial, pela libertação nacional, apesar da guerra fria e do avanço das direitas no mundo ocidental ao longo dos anos '50, bem como da denúncia do estalinismo e da cisão sino-soviética. Assim, nos 30 anos anteriores ao 25 Abril predominava entre as sucessivas gerações de jovens um misto de valores marxistas, libertários e laicistas, com uma reivindicação de um papel de vanguarda na mudança social por parte desses jovens. Esta análise, no decurso dos anos '80, com o ascenso neoconservador, foi exclusivamente mantida por aqueles que sustentaram uma perspectiva crítica acerca do que ficou conhecido como «*normalização democrática*», subsequente ao 25 de Novembro, ou seja, que permaneceram à esquerda de todas as soluções de poder que triunfaram após 1976 (Loff, 2008:113-117).

O movimento de revisão da história passa pela tendência de análise interpretativa que se incumbe da tarefa de relativizar ou recuperar períodos históricos autoritários e violadores dos direitos humanos, ao mesmo tempo que condena os momentos em que as camadas sociais subalternas adquiriram algum protagonismo. Como nota Fernando Ampudia para o caso espanhol, opera duplamente, quer como recurso de des-legitimação da esquerda, atribuindo-lhe "uma essência trans-histórica que a converte num instrumento

ligado à desordem, à instabilidade e à dissolução da sociedade", quer como expediente de legitimação da direita política, a que se imputa *"um percurso exemplarmente democrático"* (Ampudia de Haro, 2010:224). Alguns cientistas sociais e políticos – a quem se exigia um necessário distanciamento crítico, embora se reconheça que no que escrevem, demonstram ser *eles e a sua circunstância* - corroboram o formato mais geral da descredibilização dos movimentos colectivos. Apresentando como saber das respectivas disciplinas o que não é mais do que obediência aos interesses da agenda hegemónica, revêem a perspectiva acerca de vários períodos de aceleração histórica, enfileirando em *"meias-verdades convenientes"*, na feliz expressão de Tony Judt (2010:13).

Embora Fernando Rosas defendesse que não se constituía ainda em Portugal historiografia propriamente revisionista (Rosas, 2000:151), num texto mais recente considera que *"Às políticas passivas de apagamento ou neutralização da memória, sucederam-se as iniciativas doutrinárias da sua revisão"*, nomeadamente através de *"uma visão banalizadora da natureza e das políticas do regime."* (Rosas, 2007:20-21). Luciana Soutelo identifica tendências do revisionismo histórico na historiografia posterior ao 25 de Abril, passando a rarear as visões positivas da revolução, e dando prioridade à ideia de continuidade sobre a de ruptura. Assim se absolve o marcelismo, investindo-o de um papel histórico que não teve, como se tivesse sido a origem remota da democracia. Em simultâneo, os tempos que se seguiram ao 25 de Abril são encarados como um epifenómeno insignificante, na sua versão mínima, ou como ameaça à democracia, na versão máxima. Deste modo, o movimento popular que se seguiu ao golpe militar de 25 de Abril deixa de ser considerado como a marca genética da democracia, mas como uma espécie de prelúdio antidemocrático da verdadeira democracia, que se oporia então à revolução e não à ditadura, assim se fixando *"um discurso ideológico de crítica global, maxime de demonização, da Revolução portuguesa de 1974/75."* (Rosas, 2004:17).

Tornaram-se consensuais entre os grupos dominantes as formas de mudança social consideradas «não artificiais», com uma naturalização das que corresponderam a processos longos, com complicadas negociações entre sectores das elites, e que as não fizeram perigar. Assim, a revolução francesa e a russa passam a ser consideradas desastrosas, enquanto a revolução inglesa e a americana são modelares, ponderadas, bem-aventuradas. A anomia durkheimiana, ou seja, a ausência de regras morais e jurídicas passíveis de moderar os vários domínios da vida social, parece continuar perturbadora,

quando se considera que o conflito é indesejável e anormal, sem constituir um motor de mudança das sociedades.

Assim se reiterou que a história parece não ter nada para nos ensinar. “*Esqueçemo-nos de como pensar politicamente*”, escrevia Tony Judt (2010:22), ficando inertes quando nos prescrevem um olhar sobre a política actual que a distancia da ideologia, atribuindo-lhe um incontestável sentido de normalidade social e inevitabilidade. Esta modalidade de *despolitização orquestrada da consciência social*, nas palavras de Manuel Vasquez Montalban, contribui para a des-legitimação da ideia de transformação e as suas consequências são científicas – com a divulgação de um saber duvidoso em termos de rigor e de verdade – e cívicas, pois corroem e depreciam a construção de uma cultura política democrática (Ampudia de Haro, 2010:224-5).

Com uma concomitante recuperação de certos aspectos do Estado Novo, as revoluções e os movimentos colectivos vêm sendo alvo de formas diversas de revisionismo, enquanto se denigre a resistência e se indicia que só com o 25 de Novembro se encetou a *«normalização democrática»*. Em paralelo, proscree-se a memória do processo de invenção democrática que se seguiu ao 25 de Abril, entendido como um *«paréntesis dispensável»* e não como uma *«marca genética essencial»* (Rosas, 2004). Não estão na moda os momentos de rotura que permitiram aos grupos sociais subalternizados sonhar com um futuro mais justo e diferente e conquistar um conjunto de direitos. Aos que se expuseram, em conjunturas de repressão e sacrifício, defendendo uma sociedade mais justa, assacam-lhes responsabilidades pelos crimes cometidos nos processos revolucionários.

Quando o processo de revisão adquire uma velocidade incompatível com a capacidade hegemónica de architectar consensos assiste-se ao que Manuel Loff denominou *«revolta da memória»* (Loff, 2000). Assim sucedeu com o movimento originado contra o discurso revisionista durante o cavaquismo, através de uma onda de denúncias da concessão de pensões a ex-agentes da PIDE, num combate pela hegemonia da memória na sociedade portuguesa, ou, mais recentemente, quando foi transformado em condomínio de luxo o edifício de terrível memória em que funcionou a sede da PIDE/DGS, na Rua António Maria Cardoso, em Lisboa. A memória estrebuchou, criou-se um movimento, envidaram-se esforços e, só por isso, se conseguiu que ali permanecesse uma placa alusiva, que fora recolocada a um nível não visível. Os lugares (*lieux*) de memória, porém, indiciam a ausência dos meios (*milieux*) de memória – ensinamos Pierre Nora (1986). Essa inexistência é um sinal da fragilidade da memória colectiva, seja por contingências biológicas, seja por confinamento político.

Num registo literário, Eduardo Galeano diz-nos que a revolução – por antonomásia, todas elas - ocorre quando chove de baixo para cima. Se esses momentos têm tanto de excepcional e de raro, alimentam no entanto a possibilidade da sua ocorrência e edificam repertórios. Como o passado é um *artefacto do presente*, ubíquo e com evocações palpáveis e deliberadas (Lowenthal, 1985), vemo-lo acomodado em manipulações conformes aos grupos representados no poder, obscurecendo o combate dos vencidos e dos que provêm de extractos sociais subordinados, remetidos para modalidades de *ucronia* (Portelli, 1988). Nesta muito prolongada conjuntura ultraliberal - "*There is no alternative*", apregoava Margaret Thatcher, como uma fatalidade - as revoluções aparentam estar todas vencidas e o pensamento hegemónico parece querer fazer sentir culpados ou, no mínimo, ridículos, os que lutaram por um mundo diverso do que temos, mais equitativo. Mal se refere a história das revoluções e dos que as fizeram, daqueles que com esforço, sacrifício e generosidade se entregaram a uma luta cuja duração se desconhecia, logo aparece alguém que prefere dissertar sobre os «mitos» construídos em torno de figuras ou momentos, sobre falhas na sua versão da verdade histórica, sobre os exageros escritos quanto à tortura. As revisões vão longe: o campo de concentração de Tarrafal é apresentado como uma sucursal do paraíso na fase em que ali estiveram detidos os militantes dos movimentos de libertação africanos; aventa-se que as fugas de presos políticos foram consentidas pela PIDE, tomando-se como boa e incontestável a palavra de um agente da polícia política; mesmo o golpe militar de 25 de Abril teria ocorrido porque a DGS assim o permitira. A desvalorização das sevícias perpetradas e das mortes causadas, não mais decerto do que «safanões a tempo», cresce ao ponto de serem menosprezados os assassinatos cometidos, alegando-se mesmo que só um deles foi previsto, o do general Humberto Delgado.

A conjuntura mundial propicia estas revisões, com a convergência entre o revisionismo histórico, o neoliberalismo económico e o conservadorismo político a afirmarem uma exclusiva viabilidade actual no mundo capitalista globalizado, com alguns epígonos a alardearem que a história chegou ao fim, naturalizando e considerando inevitáveis as condições de vida actuais, bem como a luta sem tréguas pela sobrevivência individual que corrói a esfera da vida pública. Juntam-se, num esforço conjugado, um modelo social sufocante, a ausência de esperança e uma vontade de riscar a palavra *revolução* do vocabulário político inteligível na actualidade. Assim se procede à deslegitimação dos movimentos populares do séc. XX. As revoluções, os períodos que as antecederam, a sua memória, a sua história – como patrimónios activáveis, cujos recursos são

conhecidos e cujos repertórios se transferem, aptos a reactivações – parecem estar soterrados. Os revolucionários só se tornam aceitáveis sob dois formatos: como vítimas, retirando-se-lhes o lado interventivo e mostrando que eram «inocentes», ou quando inseridos nos circuitos de mercado, em formatos alienáveis e ridicularizados. Detecta-se uma mercantilização generalizada e asfixiante, que abrange não só as coisas, como os espíritos e as palavras, nem sempre ficando imunes os que escrevem sobre estes fenómenos.

Os usos políticos da memória direccionam o sentido da memória colectiva, corrigida por visões dominantes, por um lado, e alguma da historiografia, marcada desde a década de 1990 pela ideologia do *fim da História*. Na longa duração, a privatização de memórias conduz a uma erosão do seu aspecto social, retirando-lhes a capacidade para ligar o passado e o presente (Narotzky e Smith, 2002: 219). As memórias colectivas estão ligadas aos grupos, reflectindo lugares sociais e perspectivas diferenciadas. Algumas, mercê de conjunturas determinadas, podem ultrapassar as dimensões do grupo e implantarem-se como memórias da sociedade. Assim, essas utilizações da memória requerem uma abordagem teórico-metodológica que hibridize várias disciplinas, com uma perspectiva sobre a construção social da rememoração, a memória colectiva e a eventual construção de *culturas de resistência* (Godinho, 1999 e 2001). Os usos políticos da memória oscilam entre a amnésia - que pode ser longa - e a hipermnésia, em circunstâncias que tomem hegemónica determinada perspectiva.

A propriedade privada da História encarrega-se de manter dentro dela o tempo cíclico, susceptível de assumir um formato comemorativo, paradoxalmente destinado ao fogacho do festejo e ao esquecimento. Como a memória colectiva do passado deve ser compatível com a identidade social definida no presente, para que as sociedades não sofram crises de identidade, há que ter presente a actuação duma dupla, embora discreta, influência entre a memória colectiva dominante num dado período histórico e a historiografia produzida nesse mesmo período. Essa é a versão triunfante dos acontecimentos, que vai oscilando consoante os grupos que se aproximam do poder, passível de ser emblematizada e convertida em património, actualizada em formato comemorativo. A hegemonia, ensina-nos António Gramsci, é uma liderança moral e intelectual, que assenta em consensos e Marx prevenia-nos de que as ideias dominantes num dado momento são as ideias da classe dominante.

Esta abundância da memória, este passado consensual e festivo, desligado do conhecimento histórico e das vertentes conflituais em torno dele, evoca a hipermnésia duma personagem de Jorge Luís Borges. *Funes, o memorioso*, não

queria esquecer-se de nada e, no paroxismo, esquecia o essencial e assim se perdia. Nos países que sofreram ditaduras e acontecimentos atrozes, convém perguntar quem quer esquecer e quem jamais o fez, frequentemente de forma ucrónica a remeter para um passado que se reconstrói. Os grupos alcandorados ao poder não hesitam em formatar a visão do passado através da sua versão de determinados acontecimentos. São aqueles para quem o tempo irreversível subsistiu, como Aurora Rodrigues, que vão descobrir no passado o memorável e a ameaça do esquecimento (Debord, 2005: 98). Uma prisão constitui uma rotura no tempo pessoal, uma fractura que divide o tempo entre um *antes* e um *depois*, a partir da qual se tem a percepção de que nada é como tinha sido. Essa capacidade de apartar o tempo edifica uma nova temporalidade, altera as relações com o passado e com o futuro e inaugura uma renovada tonalidade no curso da história (Farge, 2002).

E a seguir ao fim da história? A revolta da memória

Está visto, y los ciegos lo ven, que cada persona contiene otras personas posibles, y cada mundo contiene su contramundo. Esa promesa escondida, el mundo que necesitamos, no es menos real que el mundo que conocemos y padecemos.

Eduardo Galeano, *Ventanas de España*

Basta de navegar en el olvido. Basta de bendecirnos en la lluvia. Basta de no ser nadie. Basta que el placer nos desconozca. Basta de convivir con la derrota.

Basta, carajo.

Mário Benedetti, *Vivir adrede*

Todos os meses desde há vários anos, no primeiro sábado, reúnem-se para almoçar num restaurante modesto numa antiga zona operária da cidade de Lisboa vários antigos militantes do MRPP. Sem idêntica constância, almoçam também alguns dos que militaram na FEM-L, a organização de juventude, os da antiga célula da Siderurgia Nacional, ou de alguns outros organismos ligados ao MRPP. Ritualmente, em 12 de Outubro, há uma romagem ao cemitério da Ajuda, por vezes com um jantar que lembre Ribeiro Santos.

O grupo que almoça em Lisboa – de que se tratará numa outra obra - tem um número que pode oscilar entre 10 e 20 pessoas. Dois deles deslocam-se propositadamente de Guimarães. É evidente como se comprazem nestes encontros, em que discutem sobretudo política e atualizam a memória, recordando quem, como, em que circunstâncias, e quando esteve em determinada ocasião e que contornos e implicações teve um dado acontecimento. Discute-se, corrige-se versões através do caleidoscópio das várias perspectivas, fazem-se catarses doridas, entrecortadas por risos descongestionantes. Aurora Rodrigues junta-se com frequência a este grupo, em que é secundário o que se come e se bebe. Fartos das «aulas de amnésia» de que fala Benedetti - na esteira duma personagem de Jorge Luís Borges que atirava para trás de si detritos que, quando no fim da vida os contemplou, compunham a sua própria figura - estes antigos militantes do MRPP reencontram na convivialidade comensal uma ocasião de retomar uma memória de um tempo vivido que não consta dos livros escolares e é anátema nos *media*. Como refere Alon Confino, as representações do passado derivam e são utilizadas para explicar relações de ordem política, mas são consideravelmente omissas no que concerne aos efeitos da memória na organização, na hierarquização e nos arranjos das relações sociais e culturais (Confino, 1997:1391). Assim, as políticas da memória resultam sobretudo da experiência subjectiva de um grupo social que sustenta uma relação de poder.

Nas sociedades que sofreram com regimes ditatoriais e opressivos vários grupos exigem hoje a denúncia da violência e da opressão dos Estados, bem como uma reelaboração acerca dos processos de transição. Os usos políticos da memória estão no centro das identidades construídas, como demonstram vários trabalhos recentes. Essas utilizações passam por aquilo que Lordachi e Trencsényi (2003) denominaram como *passado utilizável*, e expressam o triunfo da versão consensual, isto é, propugnada pelo poder. Frequentemente, é obscurecido o combate dos vencidos e dos grupos sociais subalternos, remetidos nesses casos para modalidades de *ucronia* ou para presentes alternativos (Portelli, 1988). Essa *ucronia* pode estender-se aos próprios investigadores, que perante um evento se sentem desafiados a pensar no que se seguiu, no que ocorreu mas também no que poderia ter ocorrido, interrogando-se sobre o que engendra um dado evento e sobre aqueles que o produzem.

A versão consensual em torno do 25 de Abril e do período que se lhe seguiu remete por um lado para uma revolução pacífica, com cravos nas

espingardas e, por outro, para os *desmandos da revolução*, onde cabem os processos de política popular, com a reforma agrária, a criação de comissões de moradores e de trabalhadores ou a ocupação de casas. O período revolucionário, com muito de criativo e de estimulante, que pôs na rua tanta gente, é remetido para um tempo de loucura colectiva, desregrado, transgressor, desrotinizado – e por isso reprovável. A esta construção não é alheio o advento do neoliberalismo económico e o concomitante neo-conservadorismo político, com uma viragem associada à ideia de *fim da história* proposta por Francis Fukuyama, que proclama a consagração mundial do neoliberalismo num contexto em que a política deixa de ser entendida como ideologia e adquire o sentido de *normalidade social*, deslegitimando a ideia de transformação social. Fernando Dacosta escrevia que “*Ter-se nascido na ditadura (nas censuras, nas repressões), vivido a Revolução (o sonho, a desmesura), contribuído para a Democracia (a liberdade, a diversidade), imergido no neoliberalismo (o lucro, a excedentarização) foram experiências-limite concedidas às gerações que, agora, começam a sair, mal amadas, de cena.*” (Dacosta, 2001:271). Não se trata meramente de uma memória geracional, mas colectiva – e os grupos que a conservam estão arredados dos formatos consensuais hegemónicos.

Maurice Halbwachs reflectia sobre a memória grupal, colectiva, ou seja, associada a determinados quadros sociais, que têm uma idêntica visão sobre o passado. A memória, em resultado de uma dialéctica entre passado e presente, vai tendo configurações distintas que se ajustam às alterações políticas, económicas e sociais. Frequentemente, adequa-se à visão hegemónica, enquanto outros grupos, vencidos no projecto delineado e que não se identificam com a perspectiva triunfante, refazem ucronicamente o *que podia ter sido*. Os usos públicos da história, devido aos formatos revisionistas, podem não servir para que neles se reveja uma parte dos indivíduos. O re-exame da memória teve três formatos principais, segundo Fernando Rosas: “*anulação ou esvaziamento prático de grande parte das medidas de justiça exigidas e parcialmente impostas pelo movimento de massa revolucionário contra os responsáveis do regime político deposto, os seus polícias e colaboradores*”; “*o prolongado fecho de alguns arquivos essenciais à investigação histórica sobre o Estado Novo e as suas instituições*”; “*a construção progressiva de um discurso de revisão historiográfica acerca da natureza do Estado Novo enquanto regime*” (Rosas, 2007:18).

Se nos primeiros tempos que se seguiram ao 25 de Abril nenhum partido de direita se reivindicaria da herança salazarista, nas décadas seguintes tornou-se possível aproveitar o refluxo da revolução, que conduziu ao que Fernando Rosas chamou *"contracultura de negação/revisão da memória constituída em discurso dominante nos 19 meses da revolução"* (Rosas, 2007:18). Esse discurso revisionista ascendeu nos anos do cavaquismo, embora já se esboçassem anteriormente as suas linhas (Soutelo, 2007, *passim*), com formatos que vão desde a desvalorização do processo revolucionário - sobretudo do processo de descolonização, mas também dos «desmandos» como a reforma agrária, a acção das comissões de moradores e de trabalhadores, ou as ocupações de casas - ao próprio branqueamento do Estado Novo. Como nota Luciana Soutelo, surgem perspectivas que salientam que o 25 de Abril teria inaugurado uma série de *revoluções democráticas* no mundo, argumentando Luís Fazenda que esta tese soarista *"difundida com prolixidade e insistência, de que o 25 de Abril foi o prenúncio da democratização na América Latina e no Leste da Europa, carece de um mínimo de fundamento. Desde a década de 90 que Mário Soares tenta fazer a identificação desse curso histórico, absolutamente inexistente. O signo de Abril, antes e depois dele, não era a democracia liberal mas a democracia socialista."* (Fazenda, 2004:64). Continuamente opondo a democracia à revolução, nega-se que foi a incapacidade das classes dominantes até ao 25 de Abril para gerarem algum outro processo de transição que conduziu ao golpe.

São pessoas que saem do anonimato, como as que se concentraram em frente da sede da polícia política em 25 de Abril, algumas das quais ceifadas pelas balas da DGS, que vão momentaneamente tomar em mãos esse processo de atacar as instalações da repressão, caçando os pides na rua, cercando a Rua António Maria Cardoso e as cadeias, obrigando à libertação dos presos, destruindo os serviços de censura e conquistando o direito à liberdade de expressão, manifestação e associação (Rosas, 2004:48). A democracia foi conquistada nas ruas, não foi oferecida pelos militares, cujos objectivos eram mais reduzidos, e só depois consagrada nas leis: *"No processo revolucionário, essa democracia política foi democracia na fábrica, no bairro, na escola, na cooperativa, ao mesmo tempo que o era nas urnas, isto é, foi um instrumento central no processo de conquistas sociais."* (Rosas, 2004:22). Assim, foi *"conquistada e não outorgada, fruto de uma rotura revolucionária que se sucedeu à incapacidade histórica da iniciativa auto-reformadora do regime ou mesmo de qualquer transição pactuada."* (Rosas, 2004:48).

A história depende de um movimento incerto e imprevisível, seja em termos gerais, seja para os indivíduos - sujeitos e objectos em simultâneo. As memórias confiscadas têm de recuperar sentido em público, depois de um longo período de retenção e abstinência. Em momentos específicos, a memória grupal pode ser universalizada, tornada hegemónica, embora as sociedades sejam compostas por grupos heterogéneos, que só podem ser vistos como comunidades num exercício de imaginação que esbata as divergências. As vidas constroem-se defrontando o fortuito e incontrolável com os meios ao dispor, mas sobretudo resgatando possibilidades do universo dos impossíveis, em trajectórias nas quais a acção – e a actuação – é decisiva. No texto que se segue, Aurora conta, narra-se, mostra materiais pessoais, para que as memórias sombrias do que lhe perpassou o caminho, que a envolvem ainda hoje, não redobrem nem cicatrizem no espírito. Para que a esperança não se extinga. Se o melhor está sempre longe, que não seja longe para trás, mas para a frente, como ansiava Benedetti.

Penedo, Agosto de 2010

Fontes e bibliografia

AMPUDIA DE HARO, Fernando (2010) "Uma aproximação do revisionismo em Espanha: o fenómeno Pio Moa", *Ler História*, 58:205-227.

ARQUIVO DA PIDE/DGS (1972) *Proc.2288/72 SR*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

(1973) *Processo-Crime 231/73*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

(1973) *PI 4912*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (2008) *Divulgação às futuras gerações dos combates pela liberdade na resistência à ditadura e pela democracia*, <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailheIniciativa.aspx?BID=33934> (acedido em 1.9.2010).

CARDINA, Miguel (2010) *A Esquerda Radical*, Coimbra, Angelus Novus.

CONFINO, Alon (1997) "Collective Memory and Cultural History: Problems of Method", *The American Historical Review*, vol. 102, nº 5, Dec., pp. 1386-1403.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (1999) "Maoísmo" in Maria Filomena Mónica e António Barreto, coord. *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Figueirinhas:417-421.

CRANE, Susan (1997) "Writing the Individual back into Collective memory", *The American Historical Review*, vol. 102, nº 5, Dec., pp. 1372-1385.

DACOSTA, Fernando (2001) *Nascido no Estado Novo*, Lisboa, Editorial Notícias.

DEBORD, Guy (2006) *A sociedade do espectáculo*, Cascais, Edições Antipáticas.

Della PORTA, Donatella (1992) "Life histories in the Analysis of Social Movements activists", in Mario Diani e Roy Eyerman, ed. *Studying Collective Movements*, London, Sage, pp. 168-193.

DESMARAIS, Danielle (1986) "Introduction", in D. Desmarais e P. Grell (org.) *Les récits de vie*, Montreal, Ed. St. Martin.

Espólio pessoal de Aurora Rodrigues, cartas, postais, fotos, recortes de jornais.

FARGE, Arlette (2002) "Qu'est-ce qu'un événement?", *Terrain*, nº 38, Março, 14 páginas.

FAZENDA, Luís (2004) "As voltas do PREC", in Francisco Louçã e Fernando Rosas, org. *Ensaio Geral. Passado e Futuro do 25 de Abril*, Lisboa, D. Quixote:51-70.

GAULEJAC, V. de (1988) "L'histoire de vie ou le temps recomposé", *Sociétés*, Mai, nº18, pp. 5-7.

GODINHO, Paula (2001) *Memórias da Resistência Rural no Sul – Couço, 1958-1962*, Oeiras, Celta.

HALBWACHS, M. (1925) [1994] *Les Cadres Sociaux de la Mémoire* Paris, Albin Michel, [posfácio de Gérard Namer]

(1950) [1968] *La Mémoire Collective*, Paris, PUF [prefácio de Jean Duvignaud].

IORDACHI, Constantin; TRENCSENYI, Balázs (2003) "In Search of a Usable Past: The question of National Identity in Romanian Studies, 1990-2000", *East European Politics and Societies*, vol. 17 (3):415-453.

LOFF, Manuel (2000) "Esquecimento, revisão da História e revolta da memória" in Iva Delgado et alii, org. *De Pinochet a Timor Lorosae – Impunidade e direito à memória*, Lisboa, Cosmos:189-199.

(2008) «O nosso século é fascista!» *O mundo visto por Salazar e Franco*, Porto, Campo das Letras.

LOWENTHAL, D. (1985) *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press.

NORA, P. (1986) "Entre Mémoire et Histoire" in Pierre Nora (dir.) *Les Lieux de Mémoire - La République I*, Paris, Gallimard, pp. X- XLII.

PORTELLI, A. (1988) "Uchronic dreams: working class memory and possible worlds", *Oral History*, vol. 16, Outono, pp. 46-56.

ROSAS, Fernando (2000) "O Estado Novo – memória e história" in Iva Delgado et alii, org. *De Pinochet a Timor Lorosae – Impunidade e direito à memória*, Lisboa, Cosmos:147-152.

(2004) "A Revolução e a Democracia" in Francisco Louçã e Fernando Rosas, org. *Ensaio Geral. Passado e Futuro do 25 de Abril*, Lisboa, D. Quixote:15-49.

(2007) "Memória da violência e violência da Memória" in João Madeira et al., *Vítimas de Salazar. Estado Novo e violência política*, Lisboa, A Esfera dos Livros:15-30.

SCOTT, James C. (1985) *Weapons of the weak - Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven and London, Yale University Press.

(1990) *Domination and the arts of Resistance- Hidden Transcripts*, New Haven and London, Yale University Press.

SOUTELO, Luciana Castro (2009) *A memória do 25 de Abril nos anos do cavaquismo: o desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985-1995)*, Porto, dissertação de mestrado em História Contemporânea, FLUP, 400 p.

WILLIAMS, Raymond (2008) *Historia y cultura comun*, Madrid, Catarata.

Apoio:



Gente comum – Uma história na PIDE é um relato transcrito, revisto e editado, centrado nos primeiros vinte e cinco anos da vida de Aurora Rodrigues. Perpassados pelas vivências no Alentejo, que lhe permitiram granjear uma consciência de si e do mundo pelo contexto social, histórico e político, mas igualmente pelas sociabilidades estreitas – no âmbito da família, dos vizinhos e dos amigos – esses anos foram também marcados por duas tenebrosas prisões, como militante do MRPP. Em 1973 foi sujeita a dois períodos contínuos de tortura de sono de 16 e 4 dias, com 24 horas completas, intervalados apenas por uma semana, e espancada selvaticamente por parte de agentes da PIDE-DGS. Dois anos depois, foi o COPCON que a prendeu de novo em Caxias, com várias centenas de outros militantes do MRPP, sob condições inauditas e duma perigosidade incontrolável. Aurora Rodrigues resolveu contar, porque há deveres de memória. Para que não se construa sobre o esquecimento uma sociedade, para que não se desbarate a dimensão da esfera pública e para que não se perca o sabor da vida.



IMPRESSO EM PORTUGAL / PAPEL RECICLADO